



# FILIAIS E AGÊNCIAS CGD

## Filial de Beja

### **Instalações iniciais – Capela de Nossa Senhora do Rosário**

Apesar de não existirem dados sobre o início da atividade dos serviços da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Beja, em 2018 celebrar-se-ão 130 anos da abertura da primeira conta de depósito na Delegação da Caixa Económica Portuguesa (CEP) a funcionar na Repartição de Finanças daquela cidade, tendo sido criada em 5 de janeiro de 1888, em nome de Augusto Alexandre Esteves Mendes (funcionário público).

Por outro lado, a Diocese de Beja (através do Bispo D. António Xavier de Sousa Monteiro) foi a primeira entidade a abrir conta nesta Delegação, à qual se seguiu o Governo Civil do Distrito (sendo então Governador o Dr. Francisco Xavier de Meneses).

Em correspondência de 4 de janeiro de 1917, a Junta Geral do Distrito de Beja enviou um pedido à Caixa Geral de Depósitos, Instituições de Previdência (CGDIP) sugerindo a instalação de uma filial na cidade por a (...) *inspeção de Finanças e a Agencia do Banco de Portugal se acharem instalados em edificios separados um do outro, donde resulta que para se efetuar um deposito ou um levantamento de dinheiro na mesma caixa ser necessário percorrer incomodas distancias*<sup>1</sup>.

No seguimento desta pretensão, a Comissão Concelhia de Administração dos Bens das Igrejas propõe à CGD, em 9 de fevereiro de 1920, o arrendamento (por Esc. 6\$00 mensais) da Capela de Nossa Senhora do Rosário situada entre a Igreja de Santa Maria (datada do séc. XII) e a respetiva torre sineira, no denominado Largo “O Porvir”, para instalação da pretendida Filial (Figura 1).

No entanto, através do Decreto n.º 6677 de 14 de junho de 1920, publicado no Diário do Governo n.º 122, I Série, o Ministério da Justiça e dos Cultos - Direcção Geral de Justiça e dos Cultos, ao abrigo do Artigo 104.º da Lei de 20 de abril de 1911, definiu que seria cedida a título definitivo à CGD a referida Capela (...) *em mau estado de conservação (...) com a sua sacristia e mais dependências (tôrre, um nicho situado num recanto, e o espaço deste), e o respectivo pátio ou quintal anexo, com serventia para a rua (...) [competindo à Caixa] (...) especial*

---

<sup>1</sup> AHCGD, Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 3, Processo 16 (Beja).



*cuidado a conservação dos azulejos com valor artístico existentes na mencionada capela (...)*<sup>2</sup> e ao pagamento de Esc. 2.000\$00 à Comissão Central de Execução da Lei da Separação a título de indemnização. Para além deste espaço, a Câmara Municipal cedeu uma parcela de terreno com cerca de 8 m<sup>2</sup> para alinhamento da construção do edifício da Filial.

A CGD procedeu à remodelação do edifício existente, com projeto do Arq.<sup>o</sup> Pardal Monteiro, tendo em 6 de janeiro de 1922 sido adjudicados à firma Pedro M. Pardal Monteiro & Filhos os trabalhos de cantarias (Ofício n.<sup>o</sup> 703).

Conforme definido superiormente, os bens existentes na Capela aquando da aquisição do imóvel pela CGD foram entregues, em 5 de abril de 1922, ao Provedor da Misericórdia de Beja por indicação da Cruz Vermelha.

Após a realização das obras de remodelação e adaptação do edifício às características dos serviços disponibilizados, a Filial foi inaugurada em 9 de abril de 1923, conforme notícia publicada no jornal “O Bejense”, na sua edição de 15 daquele mês, na qual era enaltecida a instituição pois *O Bejense recomenda ao público, uma vez mais, esta importantíssima instituição bancária, cuja organização é exemplar no país, e envia aos exmos funcionários acima aludidos as suas homenagens de muita estima e apreço* [Luiz Perestrelo, subinspetor; Ruy Lobo Castelo Branco, responsável da Filial; José Augusto Brito, inspetor]<sup>3</sup>.

O edifício era composto por dois pisos interligados por escada interior, encontrando-se no rés-do-chão os serviços de tesouraria e atendimento ao público e, no primeiro andar, a secretaria e serviço de controlo. O quadro de pessoal era constituído por um terceiro oficial, dois praticantes, um tesoureiro e um serventuário.

No entanto, aquelas instalações revelaram-se inapropriadas face ao crescente volume de atividade dos serviços. Em 3 de junho de 1935, o Arq. Veloso Camelo, arquiteto da Secção de Obras e Edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP) alertou para a necessidade de deslocalização dos serviços por considerar que (...) *a actual instalação, além de má, está, a meu ver, mal localizada e porque a planta dessa capela era semelhante á de quasi todas as capelas. O altar mor ao fundo, onde hoje, em vez de santo se aloja o chefe*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Boletim de Informação Interna, Ano VII, Dezembro de 1989, N.<sup>o</sup> 75 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.

<sup>4</sup> AHCGD, Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 3, Processo 17 (Beja).



### **Imóvel da Creche Coronel Sousa Tavares – um projeto gorado**

Tendo em consideração este parecer, em 1936 a CGDCP incumbiu o gerente da Filial (Luiz Jansen) da procura de espaços (terrenos e/ou edifícios) adequados à construção de um edifício.

O gerente apresentou à Administração três opções: um edifício localizado na Rua Capitão João Francisco de Sousa com a Rua das Portas de Mértola; e outros dois, também na Rua das Portas de Mértola, que eram contíguos e possuíam “frentes” para o Largo 9 de Julho e para o Largo da Creche (Figuras 2 e 3).

No entanto, estes negócios não se realizaram porque o imóvel sito na Rua Capitão João Francisco de Sousa não apresentava as dimensões adequadas, e os outros foram adquiridos pelo Banco de Portugal para a construção da sua nova agência.

Com a futura deslocalização do Banco de Portugal para as novas instalações, o gerente da Caixa colocou a hipótese da CGDCP adquirir o edifício onde funcionava a agência daquela instituição (Figura 4). No entanto, esta opção também não foi considerada porque as dimensões do edifício e do terreno foram consideradas insuficientes para o pretendido.

Mantendo a procura de terrenos e/ou edifícios, o gerente, através do Ofício n.º 2.643, de 7 de agosto de 1939<sup>5</sup>, informou que *No prolongamento da Rua das portas de Mertola, recentemente aberto, em bom local e quási em frente daquele onde se construirá o nôvo edificio para a Agencia do Banco de Portugal, fica a CRECHE CORONEL SOUSA TAVARES (...), situada na Rua Alexandre Herculano, Freguesia de São Salvador, com uma área total de 974m².*

Após diversas negociações, o Presidente da Comissão Administrativa da Creche informou a CGDCP, em 15 de abril de 1940, de que a Comissão aceitava o valor de 200.000\$00 pela venda do imóvel. Em Portaria publicada em 4 de maio desse ano<sup>6</sup>, a Associação Bejense Protetora de Crianças, proprietária do terreno onde se encontrava a Creche, foi autorizada a proceder à realização da venda, revertendo em seu favor todos os materiais existentes no edifício quando ocorresse a sua demolição. A escritura foi lavrada em 8 de julho de 1940 e a demolição do edifício foi concluída em 14 de janeiro de 1941.

Considerou a CGDCP entregar o projeto de construção da nova Filial ao Arq.º Luis Cristino da Silva, tendo o referido arquiteto apresentado, em 12 de janeiro de 1942, o Anteprojeto e a Memória Descritiva, os quais obtiveram parecer favorável da Administração em 4 de março desse ano (Figura 5).

---

<sup>5</sup> AHCGD, Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 3, Processo 18 (Beja).

<sup>6</sup> Diário do Governo, 2.ª Série, n.º 103, de 4 de maio de 1940.



No entanto, decorridos alguns meses, em 23 de junho, o gerente da Filial informou a Administração da CGDCP de que o Ministro da Obras Públicas, Eng.º Duarte Pacheco, em visita realizada a Beja em 21 de junho, considerou que a Filial não deveria ser construída naquele local, para o qual o Ministro sugeriu a criação de uma zona ajardinada. O ministro propôs, em alternativa, a construção do edifício num local junto à Torre das Portas de Mértola (Figura 6), o qual se encontrava, à data, ocupado por diversos estabelecimentos escolares (Figuras 7 e 8).

Entretanto, as deficitárias condições das instalações da Filial na Capela de Nossa Senhora do Rosário agravaram-se com o surgimento de fendas nas paredes, situação noticiada pela imprensa local.

### **Instalações provisórias**

Em novembro de 1944, com o agravamento das condições das instalações da Filial, foi necessário arrendar o 1.º andar de um edifício situado na Rua Alexandre Herculano, n.º 7, propriedade de Miguel Mendonça<sup>7</sup> (por Esc. 900\$00 mensais).

Os serviços da CGDCP a funcionar na Capela de Nossa Senhora do Rosário foram desativados e, em 13 de junho de 1949, foi assinado o Auto de Devolução e de Entrega do imóvel à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria, por Esc. 2.000\$00, conforme definido pelo Ministério das Finanças (Ofício n.º 3.384 de 4 de março de 1949).

Mas o interesse em construir um edifício de raiz manteve-se e, em 22 de fevereiro de 1945, a CGDCP incluiu no seu planeamento anual a construção do edifício no local sugerido pelo Eng.º Duarte Pacheco, junto da Torre das Portas de Mértola e das novas instalações do Banco de Portugal (Ofício n.º 108).

A decisão da Caixa (em 22 de março de 1948) de adquirir os terrenos, e edifícios neles existentes, aos diversos proprietários (dois edifícios da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses, um edifício de Francisca Rita Bagio e outro de Matilde Gomes Ponces) mereceu a aprovação do Ministério das Obras Públicas (em 3 de junho de 1948), tendo a notícia das respetivas expropriações sido divulgada no Diário de Notícias em 22 de outubro desse ano e o processo iniciado em 28 de novembro seguinte.

Data de 14 de março de 1953 o início do processo de demolição dos edifícios expropriados, exceto um dos adquiridos à Associação de Socorros Mútuos destinado a receber provisoriamente os serviços existentes nas instalações da Rua Alexandre Herculano (Ofício n.º

---

<sup>7</sup> A CGDCP viria, em 30 de dezembro de 1947, a arrendar, também, o rés-do-chão (Esc. 750\$00 mensais).



803, de 21 de fevereiro). As obras de adaptação iniciaram-se em 25 de março desse ano, tendo os serviços funcionado nessas instalações até à inauguração da Filial.

### **A Filial – a sua construção**

Os diversos condicionalismos verificados na escolha dos terrenos adequados para a construção da Filial (resultante do acréscimo da atividade bancária da CGDCP naquela área geográfica), originaram o adiamento constante da tomada de decisão, implicando que os serviços funcionassem em instalações provisórias e sem a dignidade que a instituição merecia.

Esta situação foi objeto de dois artigos publicados (em 22 de novembro de 1954 e 21 de abril de 1955) no jornal Diário do Alentejo, sob os títulos *E a Caixa?* e *Silêncio absoluto*, respetivamente, nos quais é referido que o processo de construção da Filial já decorria há 15 anos sem que fosse concretizado, enquanto que o Banco de Portugal e o Banco Nacional Ultramarino (...) *já deram às suas dependências em Beja convenientes e adequadas instalações, dotando a cidade com dois edifícios de linhas modernas, que muito vieram enriquecer o conjunto urbanístico local*<sup>8</sup>.

Este impasse seria ultrapassado pois, após a aquisição dos terrenos junto à Torre das Portas de Mértola e da necessária demolição dos edifícios ali existentes, em 30 de junho de 1956 a CGDCP solicitou ao Arq.º Cândido Palma Teixeira de Melo a elaboração de um anteprojecto para a construção da Filial (Figuras 9 e 10).

No entanto, por não corresponder ao pretendido pela Administração da CGDCP e pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, o ministro das Obras Públicas, por despacho de 16 de janeiro de 1957, determinou rescindir o contrato existente, sugerindo que elaboração do projecto do edifício fosse atribuída ao Arq.º Francisco Augusto Batista. O contrato entre a CGDCP e o arquiteto proposto foi celebrado em 19 de março de 1958.

Em 8 de abril de 1959 foi realizado o concurso público para adjudicação da empreitada de *Construção do novo edifício para a Filial da CGD de Beja*, sendo a proposta mais favorável a apresentada por Manuel Martins de Campos Viana (Esc. 2.821.112\$80). O contrato foi assinado em 18 de julho de 1959, com prazo de execução de 730 dias e pelo valor referido acrescido de Esc. 282.111\$30 para trabalhos imprevistos, totalizando Esc. 3.103.224\$10.

O primeiro Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos realizou-se em 23 de setembro de 1959 e o último (16.º) em 8 de agosto de 1961, sendo o Auto de Receção Provisória assinado em 3 de abril de 1962.

---

<sup>8</sup> Citado por BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura (1920-1970)*, Vol. II, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012.



O Auto de Receção Definitiva foi assinado em 6 de abril de 1963 pela Comissão de Receção da empreitada, nomeada por despacho ministerial de 9 de janeiro desse ano, a qual era constituída pelo Diretor Delegado Eng.º José de Espregueira Mendes, (diretor delegado da Comissão Administrativa das Obras da CGDCP, dependente da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), pelo Eng.º José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro e pelo Arq.º Artur Pires Martins.

A inauguração do edifício ocorreu em 1 de abril de 1962, e os seus três pisos apresentavam uma distribuição de compartimentos que respeitava as *Condições a que devem satisfazer os edifícios a construir para a instalação de Filiais e Agências* (alínea b), diretrizes definidas pelo Conselho de Administração da CGDCP em 19 de julho de 1940:

- Cave – Arquivo, Instalações técnicas, Arrecadações;
- Rés-do-Chão – Sala do público, Tesoureiro, Casa forte, Gabinete da gerência, Sala de trabalho, Arquivo, Gabinete para inspeção médica, Quartos para inspetores, Vestiário, Instalações sanitárias;
- 1.º Andar – Casa de Crédito Popular, Habitação do Gerente.

### **Elemento decorativo**

O edifício apresenta sobre a porta principal um painel artístico em mosaicos policromáticos (Figura 11), da autoria do artista Manuel Francisco de Almeida e Vasconcelos (1914 – 1979). Este trabalho foi adjudicado em 4 de setembro de 1961 pelo valor de Esc. 46.000\$00.

O tema centra-se num acontecimento histórico conhecido como *Acordo de Paz*, celebrado entre Caio Júlio Cesár e os Lusitanos no ano 49 a.C., destacando-se no painel (...) *uma figura masculina, sentada sobre dossel em arco, de cabeça descoberta e tronco envolto numa clâmide (manto grego preso no ombro); à sua direita, quatro legionários romanos armados e, à sua esquerda, três lusitanos, segurando um deles uma bolsa, símbolo do Stipendium (imposto devido a Roma pelas civitates stipendiariae, que era pago em dinheiro ou em produtos; por baixo da figura central, a inscrição “Pax Julia”, nome que foi dado à cidade por Júlio Cesár*<sup>9</sup>.

### **Os gerentes da Filial<sup>10</sup>**

- Francisco Teixeira Capelo – 1923 - 1926
- André Libertador Monteiro Silva – 1926 - 1927

---

<sup>9</sup> Boletim de Informação Interna, Ano VII, Dezembro de 1989, N.º 75 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.

<sup>10</sup> Idem.



- António Quirino Mestre – 1927 - 1934
- José António Pereira – 1934 - 1937
- Luis Jansen – 1937 - 1939
- Francisco Rafael Goulard – 1939 – 1970
- José Guilherme da Silva Júnior – 1970 - 1980
- Manuel Ferreira Chora – 1981 - 1988
- João António Correia dos Santos – 1989 -

### **Bibliografia**

- Arquivo Fotográfico do Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos
- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais* - Caixa 3, Processos DPO – 16 a 20 (Beja).
- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais* - Caixa 4, Processo DPO – 21 e 24 (Beja).
- *Boletim de Informação Interna*, ano VII, Dezembro de 1989, n.º 75 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.
- BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura (1920-1970)*, Vol. II, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012.

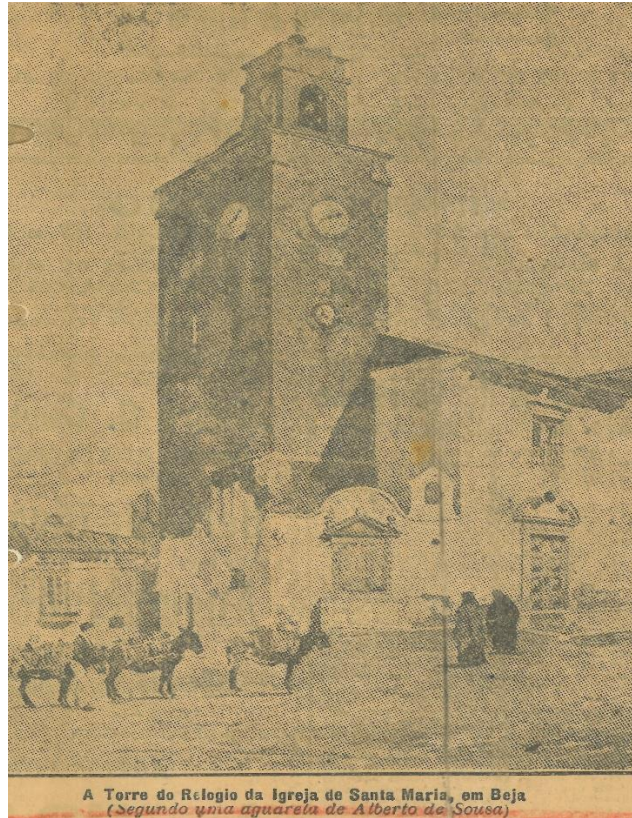
### **Joaquim Pombo Gonçalves**

*Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*

Abril de 2017



## GALERIA DE FOTOS



**Figura 1** - Diário de Notícias de 18 de março de 1922  
Aguarela de Alberto de Sousa  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 16 (Beja)





**Figura 2** - Rua das Portas de Mértola – 1936  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 17 (Beja)



**Figura 3** - Largo da Creche - 1936  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 17 (Beja)

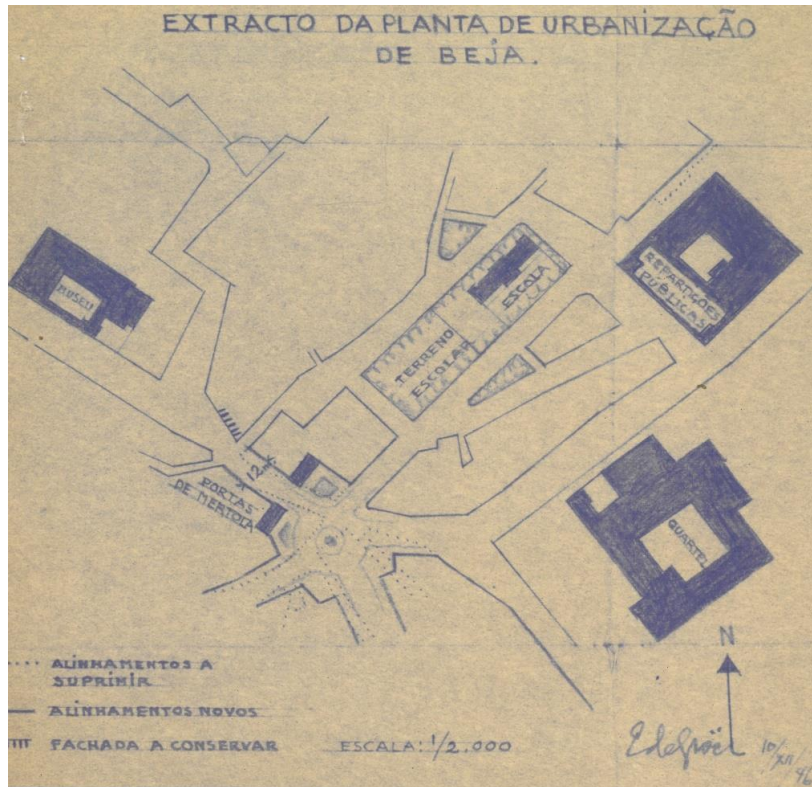


**Figura 4** - Rua de 9 de Julho - Agência do Banco de Portugal – 1937  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 18 (Beja)



**Figura 5** - Esboceto – 1941  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 18 (Beja)





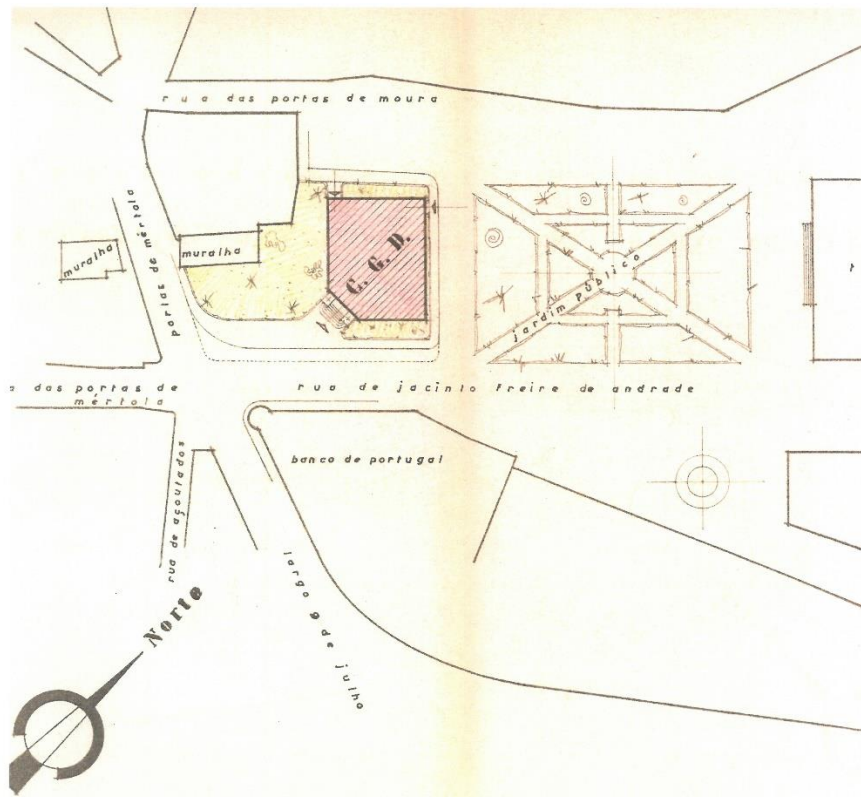
**Figura 6 - Portas de Mértola – 1946**  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 18 (Beja)



**Figura 7 - Escolas Portas de Mértola – 1946**  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 18 (Beja)

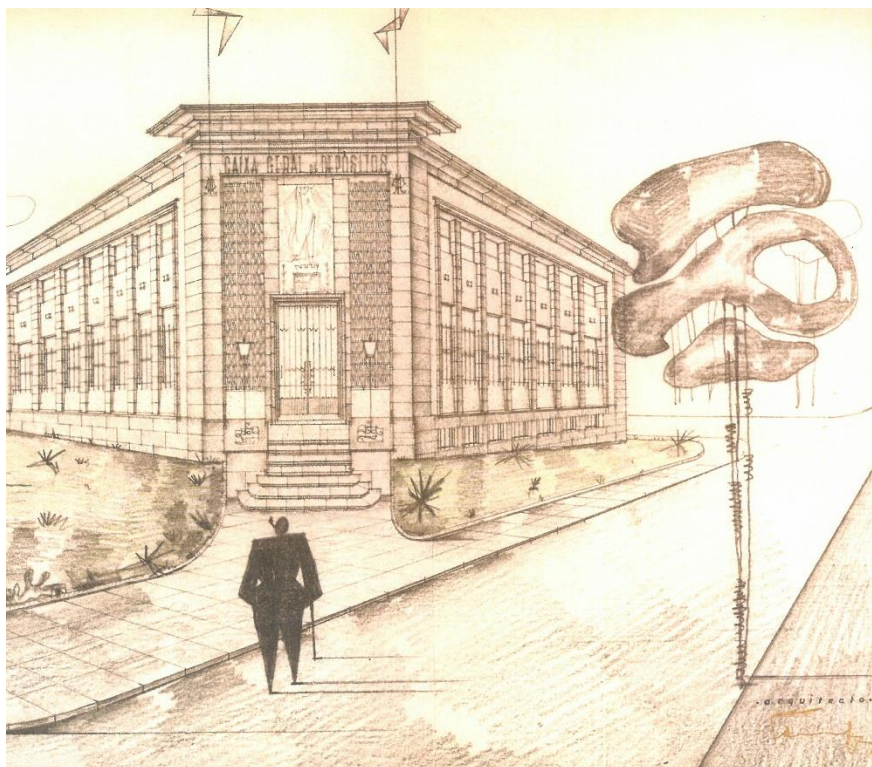


**Figura 8** - Escolas Portas de Mértola – 1946  
Fonte: AHCGD, Caixa 3, Processo 18 (Beja)



**Figura 9** - Planta – 1958  
Fonte: AHCGD, Caixa 4, Processo 21 (Beja)





**Figura 10** - Anteprojeto – 1958  
Fonte: AHCGD, Caixa 4, Processo 21 (Beja)



**Figura 11** – [Década de 1990]  
Fonte: AHCGD, Arquivo fotográfico CGD/AF/01IN/03/01.057 (Beja)